

Marina Silva

Senadora – PT/Acre

Mesa: Movimentos indígenas, ONGs e cooperação internacional: as sociedades indígenas como parceiras e gestoras de programas de desenvolvimento.

Boa tarde para todos. Primeiro quero agradecer aos organizadores do evento, ao Museu Nacional e à UFRJ pelo suporte e dizer que a minha participação aqui é somente no sentido de aprender. Estou na mesa mais para dar informes e dirigir um SOS a vocês todos, representantes das comunidades indígenas, pesquisadores e antropólogos, e, principalmente, aos juristas especializados na questão indígena. Vou falar um pouco inicialmente da minha experiência e tentar rapidamente colocar algumas questões que a mesa me inspirou. Quando cheguei ao Senado, neste mandato, eu tinha apenas uma experiência de 2 anos como vereadora e de 4 anos como deputada estadual. Além disto, eu tinha uma militância muito próxima à ação dos extrativistas de castanha e de borracha, os seringueiros, uma categoria hoje bastante próxima das lutas das comunidades indígenas do meu estado. Todo o trabalho da minha vida, até os 35 anos, foi circunscrito ao estado do Acre. Vivi a realidade daqueles movimentos sociais, certamente conhecidos de todos vocês, pelo fato de ter nascido e me criado até os 16 anos num dos seringais do Acre, o seringal Bagaço, às margens do rio Acre. Por isto, só fui alfabetizada aos 16 anos. Tenho uma relação muito profunda com essa realidade e talvez tenha construído uma forma de traduzir politicamente essa base de vida que sedimenta toda a minha atuação. Quando cheguei ao Senado, houve uma certa admiração – um jornalista chegou a fazer um comentário numa emissora de TV de grande audiência sobre o fato de que “até uma seringueira tinha sido eleita senadora”, mas num país que já elegera o Juruna, não era de estranhar que isto ocorresse. Eu mandei depois uma cartinha educada a ele, colocando as coisas nos devidos termos, tanto em relação a mim quanto ao Juruna. Eu achava que não deveríamos ser tratados com preconceito. A Globo tinha feito um seriado, um “Globo Ecologia”, que no fim contava a chegada de uma seringueira ao Senado. Tinham feito também uma matéria jornalística que mostrava minha caminhada lá no lugar onde nasci, pisando numas folhas secas, e depois pisando naquele tapete azul do Senado. Em seguida eles faziam uma fusão dos pés no tapete azul com os pés lá no meio da mata e aquilo de certa forma me assustou um pouco, porque pensei: “Meu Deus, olha o tamanho da minha responsabilidade; eu estou trazendo aqui a minha mata, a minha história para dentro deste tapete azul. O que é que eu vou fazer aqui?” Uma das primeiras coisas que me passaram pela cabeça foi que o mandato deveria ter uma característica diferente, e aí eu cunhei uma frase $\frac{3}{4}$ que não sei se é minha ou se alguém já disse antes $\frac{3}{4}$ para dizer que o meu mandato iria instituir a figura do legislador coletivo, que o legislador coletivo iria operar em rede e que muitas das propostas que porventura fossem apresentadas não teriam um autor específico, seriam da autoria coletiva daqueles segmentos que considero legítimos. Não há como ser neutro; se alguém chegar e me pedir para defender determinadas teses, coletivamente, eu não vou querer, mas outras, de determinados grupos, eu me

dispus a defender. É esta a compreensão que norteia o meu trabalho e é dentro desta perspectiva que estou acompanhando uma série de projetos no Congresso. Vou falar aqui apenas daqueles que têm uma maior repercussão com relação à questão indígena. Por exemplo, a Convenção 169. Ela já está com parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e por várias vezes surgiram medidas para protelar a aprovação da matéria no plenário da Casa, o que é parte de uma articulação de setores do Congresso hostis às causas do meio ambiente, à questão indígena, à questão dos extrativistas etc. Ao mesmo tempo, houve uma perda de mandatos de parlamentares ligados a essas questões e não contamos mais com o apoio de pessoas que atuavam comigo na defesa das comunidades indígenas, na questão do desenvolvimento sustentável etc. Ocorreu também o fortalecimento, principalmente no Senado, da bancada da Amazônia, que tem uma posição contrária a todas as discussões que estão sendo feitas nesse campo. Mesmo com todas as dificuldades, parece que somos um grande bloco homogêneo e eles se sentem na obrigação de ficar o tempo todo nos acusando de querer internacionalizar a Amazônia, de usar os índios para fazer um território dentro do território, enfim, aquelas discussões mais antigas do que a vontade de comer. As coisas são muito difíceis porque eles estão muito articulados em torno da idéia de nos combater. Estamos lutando para levar adiante no Congresso a tramitação do Estatuto do Índio, mas ainda não conseguimos que ele fosse enviado ao Senado. A Convenção 169 precisa ser aprovada pelo plenário e, mesmo com parecer favorável, a todo momento surgem requerimentos pedindo sua tramitação em outras comissões. A última vitória que tivemos foi evitar que o projeto voltasse à Comissão de Assuntos Sociais. Há uma base conservadora no Senado que se coloca contra essas iniciativas, usando aquele discurso atrasado de que qualquer iniciativa dessa natureza ou está associada a uma idéia de internacionalização, principalmente no caso da Amazônia, ou à idéia de “engessar o desenvolvimento”, como eles dizem. E aí existem outros projetos correlatos, como o projeto de lei para disciplinar o acesso aos recursos da biodiversidade, e não é de se estranhar que exatamente no ponto em que trata da autonomia das comunidades indígenas com relação aos seus recursos genéticos e biológicos, ao seu conhecimento e à remuneração dos seus saberes, é que se constitua o ponto mais polêmico da lei nas discussões, tanto com o governo quanto com os pesquisadores. Está tramitando agora um outro projeto auxiliar, também ligado a toda esta discussão, que é o projeto que institui uma reserva do Fundo de Participação dos Estados (FPE) para o desenvolvimento sustentável. O projeto se destina aos estados que têm mais áreas de preservação ambiental, sejam elas áreas indígenas, de preservação permanente ou reservas extrativistas e pretendemos incluir também no projeto o assentamento extrativista. Esta reserva seria constituída de 2% do global do fundo de participação dos estados. Roraima, que é o estado mais contrário ao projeto – porque, segundo eles, está “engessado” pelas terras indígenas –, é dos que mais critica os companheiros que estão à frente da luta de Raposa Serra do Sol, que seria beneficiada com pelo menos de 30 a 35 milhões, só para investir nessas atividades. As pessoas dizem: “Isto é muito pouco, senadora”, e ainda dizem que é um atraso. Mas para quem não tem nada, eu acho que já constitui um grande avanço. O Acre seria beneficiado com pelo menos 20 milhões. Mas as nossas prioridades de tramitação

no Senado são o Estatuto do Índio e a Convenção 169, visando inclusive aos 500 anos. Acho que o movimento indígena colocou de forma sábia o slogan “500 anos, nada a comemorar”. Eu reproduzo no Congresso o que os índios estão dizendo, elenco todas as mazelas que ocorreram e digo: “Vamos lutar pelo menos para ter alguma coisa a comemorar”. Isto sensibiliza uma parte dos parlamentares e é possível que consigamos até lá que pelo menos esta discussão aconteça. Vamos entrar agora em algumas questões específicas, pois a gente não consegue sair da nossa aldeia, do nosso terreiro, da nossa casa. Eu diria que hoje temos dois lugares que poderiam ser pensados $\frac{3}{4}$ eu vou usar a palavra “laboratório”, mas desconsiderem, é que não estou conseguindo ser criativa para encontrar uma outra $\frac{3}{4}$ como espaços de experiência para estas idéias de inovação no que se refere a uma política indigenista adequada: um seria o estado do Acre e outro o estado do Amapá. Não digo isto em detrimento dos demais estados, mas para fortalecê-los. Nos casos do Amapá e do Acre, temos uma realidade que está posta, a questão da organização local das próprias comunidades e, se temos governos que apoiam inovações, propostas alternativas, acho que seria muito positivo se pudéssemos pensar estes casos como protótipos daquilo que poderia se tornar uma alternativa ao modelo de centralização tutelar, este modelo que existe a partir de uma estrutura central e que não tem apoio na base local. Estamos trabalhando no Acre com o conceito real de parceria. Já pensamos na criação de uma Secretaria de Extrativismo e Floresta onde estarão contempladas as demandas de desenvolvimento econômico para as comunidades indígenas e para os seringueiros dentro de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável. Estamos também constituindo programas dentro das Secretarias de Saúde e Educação, cuja novidade está na forma e no conteúdo destas propostas, no modo como elas estão sendo articuladas no caso do Acre, com a participação das comunidades não apenas formalmente, mas como elaboradores e gestores de programas. Durante muitos anos no Acre, se não fosse a ação de órgãos como a UNI, como a CPI, como o CIMI e como várias entidades que atuam na questão indígena, inclusive a própria OPIJ – Organização dos Povos Indígenas do Juruá, uma organização local lá do Juruá – seria inimaginável pensar a situação das comunidades indígenas hoje, porque vocês conhecem a realidade dos governos que passaram pelo Acre. O último era assassino, ladrão de madeira e de terra de índio e está sendo processado pela Procuradoria Geral da República. É a partir dessa experiência acumulada e com o sucesso em algumas áreas, ainda que embrionárias, de saúde, educação, desenvolvimento econômico e assim por diante, que estamos retomando as bases para uma revisão das relações com o poder público, com a ação pública, que é levada a cabo tanto pelas organizações indígenas quanto pelas organizações de apoio – no caso, as que eu citei anteriormente. Chegamos a realizar, nessa direção, um seminário intitulado A Relação do Governo com o Terceiro Setor. Dentro do meu próprio partido há pessoas que têm muito preconceito com a expressão “terceiro setor”. Poderíamos até usar outra, mas, quanto ao conteúdo, eu concordo, o governo não pode se apropriar das experiências e torná-las governamentais; as experiências são públicas e devem ser tratadas como tal. Elas serão, sim, apoiadas pelo governo, no sentido de que vão estar inseridas num programa maior, de saúde, de educação, de desenvolvimento econômico e social etc., para não se tornarem

ações pulverizadas, mas ações que tenham uma coerência interna e externa dentro do contexto da economia local. O Acre conta com a facilidade de ser um estado com apenas 10% de sua área degradada e somente 500.000 habitantes, dos quais boa parte é de comunidades indígenas. Acho que esta é uma das melhores situações em termos da demarcação de terras indígenas. Estou aqui diante do Terri, batalhador histórico, contumaz da luta indígena no Acre. Durante a campanha nós perguntávamos nas pesquisas qualitativas: “Como você quer o desenvolvimento do Acre?” Cerca de 75% das pessoas entrevistadas respondiam: “Queremos que se desenvolva sem destruir a mata”. A palavra mata aparecia em 75% das respostas das pessoas e isto para nós é um indicador muito importante, porque há 20 anos atrás as pessoas queriam ver a mata destruída, queriam que os grandes projetos de madeireiros chegassem até lá, queriam que os fazendeiros e os bois se instalassem, e mais várias outras coisas impingidas como se representassem o progresso. A realidade mostrou que não eram, e é aí que a idéia de um etnodesenvolvimento e de um etnoconhecimento ganha força, porque nós aprendemos que o que não dava certo tem muito a ver com a experiência do que está dando certo com os seringueiros e com os índios do Acre. E daí vem o slogan do nosso governo: “O governo da floresta”. As pessoas dizem que vai ficar meio esquisito, que a realidade do Acre é a de uma cidade no meio da floresta. Quando a Conceição Tavares se referiu ao Jorge como “aquele menino lá do Acre, que governa aquela ONG”, alguém disse: “Mas deputada, ele não é governador de ONG, é governador do estado”. Então ela respondeu: “E o Acre não é uma ONG?” O Acre tem esta especificidade, porque durante muitos anos foi-se constituindo lá um estado paralelo por meio das organizações sociais, das ONGs, dos movimentos de trabalhadores, dos sindicatos, cooperativas e associações. Foi isto que assegurou o funcionamento das instituições. Estou me atendo muito a essa experiência porque vocês estão querendo pensar numa política que tenha uma visão diferente da visão tutelar. O Jorge disse: “Vamos ver se, sem ferir a nossa Constituição, conseguimos criar uma representação legítima das comunidades indígenas, para que elas possam dialogar com o governo a partir de sua representação dentro de um fórum próprio para isto”. Não adianta ter um vereador que fale alguma coisa em nome delas, um no meio de 16, ou um deputado indígena no meio de 24, pois ele vai ser derrotado, já que a maioria dos 24 é conservadora. Se houver então uma forma de traçar políticas diretamente com as representações indígenas escolhidas por eles, na forma deles, acho que será a melhor forma de resolver o problema. Ainda há muita dificuldade, principalmente porque são apenas 6 meses de experiência, mas estamos tomando iniciativas que pretendemos transformar em ações legais. A questão da saúde parece ser o ponto mais importante para as comunidades indígenas. Eu recebi a informação de que 13 pessoas tinham morrido de diarreia lá no município de Tabatinga, quer dizer, de repente, os índios tinham de ligar para alguém que fizesse o socorro porque eles estavam morrendo com diarreia. Estas realidades, que parecem às vezes pequenas, são grandiosíssimas na vida de pessoas que não têm acesso algum a políticas públicas. É por isto que eu disse que minha intervenção aqui é mais um pedido de ajuda do que qualquer outra coisa. Nesta movimentação dos 500 anos, e até porque já é uma aspiração da COIAB, OPIJ lá do Acre e de várias organizações, nós gostaríamos de concretizar um projeto de

apoio à formação universitária indígena. Já existe até uma experiência na PUC de São Paulo e outra na Universidade do Amazonas, da época em que o Marcos Barro era reitor, de livre acesso para os índios que consigam terminar o 2º grau. Usei a expressão “consigam terminar o 2º grau” porque estava lendo um texto da Nieta e realmente a situação é assustadora: apenas 20% da população indígena em fase escolar recebe atendimento, sendo que existem 1.600 para a fase de 1ª a 4ª série. A partir daí, são pouquíssimas as escolas. Temos então uma realidade educacional muito complicada. Alguém poderia dizer: “Dona Marina, como é que você vem falar aqui em 3º grau se o ensino fundamental praticamente não existe nas comunidades indígenas?” Eu acho que talvez esta proposta pareça muito distante, mas a idéia é que ela possa ser um vetor, inclusive para estimular a qualificação no nível básico, fundamental. Por que? Porque hoje não há perspectiva pelo que se vê do texto da Nieta. Trata-se apenas de fazer com que as pessoas aprendam a ler e escrever para quando chegarem na cidade doentes saberem que ali há um nome escrito, “Farmácia”, e comprarem algum remédio. Não existe perspectiva nenhuma com relação a um processo de conhecimento mais amplo, mesmo com a luta que tivemos em relação à LDB. Eu não sou especialista em educação indígena, mas estávamos tentando constituir este projeto de livre acesso. Já existe um parecer técnico da Comissão de Constituição e Justiça com relação ao projeto de discriminação positiva da senadora Benedita da Silva, que cria cotas para negros. A Comissão deu um parecer dizendo que é inconstitucional. Eu disse para os meus assessores: “Olha, eu quero o projeto, mesmo que os juristas estejam dizendo que é inconstitucional”. Do meu ponto de vista, não é inconstitucional. Os negros são tratados como parte da etnia branca, não existe uma diferenciação; os índios, no entanto, não são considerados assim, pelo menos na Constituição não o são. Se não o são, se existe um Estatuto do Índio, se existe uma regra de demarcação de terras indígenas dentro da terra brasileira, se existe uma série de variáveis que os trata diferenciadamente do ponto de vista do acesso a determinados bens, por que quando se trata de ter um benefício diferenciado $\frac{3}{4}$ como entrar para a Universidade $\frac{3}{4}$ eles são considerados iguais a todos nós? O universo de índios que podem chegar à universidade é muito pequeno, mesmo considerando que toda a população de 250 mil índios do país tivesse escolaridade suficiente para ingressar à universidade. Não estou querendo economizar. Acho que é viável e o desafio que estou colocando é que a gente possa encaminhar esse projeto coletivamente. Ainda não temos o projeto estruturado, apenas algumas informações. O Jô Soares até fez uma brincadeira: “Senadora, vamos fazer então um projeto de acesso para gordos. Vou querer um projeto para os gordos também, aí vamos empurrar os universitários duplamente, pois temos muito mais gordos do que índios.” Estamos buscando uma saída jurídica para o caso – o que, do meu ponto de vista, já existe, é a questão do tratamento diferenciado. Não é a idéia de tutelado, é a idéia de discriminação positiva para os índios, algo mais do que adequado, considerando os 500 anos de massacre, de violação e de cobrança: “Índio não tem competência, não sabe fazer, não sabe gerir, não sabe encaminhar”. Há toda uma justificativa social, cultural e até mesmo do ponto de vista jurídico, para que a gente construa uma proposta com a devida responsabilidade, inclusive fechando os devidos flancos. Eu tenho dois filhos que são descendentes de Kaxinawá, meu

marido é neto de Kaxinawá, e um deles, que é muito esperto, logo disse: “Ah mamãe, por essa eu posso entrar direto na UnB?” Eu disse: “Não, senhor!” Ele já me inspirou a criar uma série de cláusulas e barreiras para estes índios fajutos que querem entrar na UnB sem prestar no vestibular. Temos de criar mecanismos para garantir que esse acesso sirva a pessoas que fizeram a fase escolar primária dentro das aldeias; que estas pessoas, após a formação, tenham um período de prestação de serviços dentro das aldeias; que durante o curso as pessoas tenham uma matéria obrigatória de serviço dentro das aldeias. Há uma série de coisas para a gente construir e eu acredito que seja interessante colocarmos em debate – porque certamente haverá debates de cabo a rabo neste país –, por causa do preconceito, porque as pessoas não querem uma coisa assim. Mas pelo menos vamos ter a oportunidade de expor vários problemas relacionados à educação indígena. Todo mundo cobra, inclusive com algumas posturas demagógicas, como eu vejo no Congresso Nacional, mas na hora de botar o sino no pescoço do gado a maioria cai fora.